



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 127/2025

Florianópolis, 12 de agosto de 2025.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa Minuta de Decreto que introduz as Alterações 4.930 e 4.931 no RICMS/SC-01.

2. Preliminarmente, é mister destacar que o Decreto tem por finalidade regulamentar os arts. 1º e 5º da Lei nº 19.390, de 2025, promovendo a atualização do Regulamento do ICMS de Santa Catarina (RICMS/SC-01) para: incluir a macroalga *Kappaphycus alvarezii* na Lista de Produtos Primários do Anexo 1, Seção III; e inserir no Anexo 2 a previsão de isenção das operações internas e interestaduais com o referido produto, enquanto vigorar o Convênio ICMS nº 58/25.

3. A Alteração 4.930 insere a macroalga *Kappaphycus alvarezii* na relação de produtos primários, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 19.390, de 2025. Tal enquadramento decorre de recomendação técnica da Gerência de Segmentos Econômicos Agropecuários (GESAGRO), que apontou a necessidade de reconhecer a espécie como produto primário para fins de tributação.

4. Com a inclusão, as operações internas com a macroalga em estado natural passam a se submeter à alíquota de 12%, nos termos da alínea “e” do inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 1996.

5. A Alteração 4.931 insere no Anexo 2 do RICMS/SC-01 a previsão de isenção do ICMS nas operações internas e interestaduais com a macroalga *Kappaphycus alvarezii*, em suas diversas formas — in natura, seca, extrato, gel ou em pó — enquanto vigente o Convênio ICMS nº 58/25, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 19.390, de 2025.

6. Essa medida visa alinhar a regulamentação estadual ao instrumento normativo celebrado no âmbito do CONFAZ, garantindo a aplicação uniforme da isenção e a segurança jurídica aos contribuintes.

7. Por fim, o art. 2º da minuta de decreto proposto prevê a entrada em vigor na data da publicação, estipulando a produção de efeitos para o dia 25 de julho de 2025. Essa é a mesma data de publicação e de início de produção de efeitos Lei nº 19.390, de 2025.

Respeitosamente,

CLEVERSON SIEWERT
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor
JORGINHO MELLO
Governador do Estado
Florianópolis/SC

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA						
Seção III do Anexo 1	Alteração 4.930							
<div>ANEXO 1</div> <div>PRODUTOS SUJEITOS A TRATAMENTO ESPECÍFICO</div> <div>.....</div> <div>Seção III</div> <div>Lista de Produtos Primários</div> <div>(Art. 26, III, “e”)</div> <table><tr><td>.....</td><td>.....</td></tr></table>	<div>A Seção III do Anexo 1 passa a vigorar conforme redação constante do Anexo Único deste Decreto.</div> <div>.....</div> <div>ANEXO ÚNICO</div> <div>“ANEXO 1</div> <div>PRODUTOS SUJEITOS A TRATAMENTO ESPECÍFICO</div> <div>.....</div> <div>Seção III</div> <div>Lista de Produtos Primários</div> <div>(Art. 26, III, “e”)</div> <table><tr><td>.....</td><td>.....</td></tr><tr><td>13</td><td>Macroalga <i>Kappaphycus Alverezii</i></td></tr></table> <div>“ (NR)</div>	13	Macroalga <i>Kappaphycus Alverezii</i>	<div>A Alteração 4.930 insere a macroalga <i>Kappaphycus alvarezii</i> na relação de produtos primários, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 19.390, de 2025. Tal enquadramento decorre de recomendação técnica da Gerência de Segmentos Econômicos Agropecuários (GESAGRO), que apontou a necessidade de reconhecer a espécie como produto primário para fins de tributação.</div> <div>Com a inclusão, as operações internas com a macroalga em estado natural passam a se submeter à alíquota de 12%, nos termos da alínea “e” do inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 1996. A medida reflete o crescimento expressivo da produção da espécie no litoral catarinense e o seu potencial estratégico para a bioeconomia marinha, ao mesmo tempo em que padroniza o tratamento fiscal aplicável.</div>
.....							
.....							
13	Macroalga <i>Kappaphycus Alverezii</i>							

Art. 2º do Anexo 2	Alteração 4.931	
<p>Art. 2º</p> <p>.....</p>	<p>Art. 2º</p> <p>.....</p> <p>LXXXVII – Enquanto vigorar o Convênio ICMS nº 58/25, a saída de macroalga Kappaphycus alvarezii, nas formas in natura (estado natural), seca, extrato, gel ou em pó (art. 5º da Lei nº 19.390, de 2025).</p>	<p>A Alteração 4.931 insere no Anexo 2 do RICMS/SC-01 a previsão de isenção do ICMS nas operações internas e interestaduais com a macroalga Kappaphycus alvarezii, em suas diversas formas — in natura, seca, extrato, gel ou em pó — enquanto vigente o Convênio ICMS nº 58/25, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 19.390, de 2025.</p> <p>Essa medida visa alinhar a regulamentação estadual ao instrumento normativo celebrado no âmbito do CONFAZ, garantindo a aplicação uniforme da isenção e a segurança jurídica aos contribuintes. A isenção busca fomentar a cadeia produtiva e a comercialização da macroalga, contribuindo para o fortalecimento econômico das regiões produtoras e estimulando atividades de beneficiamento industrial no Estado</p>
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 25 de julho de 2025.</p>	<p>O art. 2º da minuta de decreto proposto prevê a entrada em vigor na data da publicação, estipulando a produção de efeitos para o dia 25 de julho de 2025. Essa é a mesma data de publicação e de início de produção de efeitos Lei nº 19.390, de 2025.</p>